RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA, NO PRAZO DE 60 DIAS, PROCEDER A LEVANTAMENTO NO NORTE DE MINAS SOBRE OS EFEITOS DA SECA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA A VIDA PÚBLICA, ECONÔMICA E SOCIAL NA REGIÃO

1 - Antecedentes

Em decorrência de requerimento de autoria do Deputado Carlos Pimenta, aprovado pelo Plenário desta Casa, em 24/2/99, e publicado no “Diário do Legislativo” de 26/2/99, foi instaurada a Comissão Especial para, no Prazo de 60 Dias, Proceder a Levantamento no Norte de Minas sobre os Efeitos da Seca e Suas Conseqüências para a Vida Pública, Econômica e Social na Região, que, no momento de sua designação, passou a denominar-se Comissão Especial da Seca no Norte de Minas.

Compuseram a Comissão, como membros efetivos, os Deputados Agostinho Silveira, Carlos Pimenta, Dalmo Ribeiro Silva, Dimas Rodrigues e João Batista de Oliveira e, como suplentes, os Deputados Djalma Diniz, Pastor George, José Henrique, Doutor Viana e Márcio Kangussu.

No dia 4/3/99, em reunião que teve como Presidente “ad hoc” o Deputado Agostinho Silveira, foram eleitos os Deputados Dimas Rodrigues e Agostinho Silveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, e o Deputado Carlos Pimenta foi designado relator.

A primeira reunião ordinária, no dia 9/3/99, foi dedicada ao planejamento dos trabalhos da Comissão. Foram apresentados e aprovados cinco requerimentos, que permitiram estabelecer uma agenda mínima. As reuniões ordinárias, destinadas a ouvir os convidados relacionados nos requerimentos mencionados, foram marcadas para as terças-feiras, no período vespertino. Também se fixaram as visitas técnicas e as audiências públicas, realizadas em pontos focais da região afetada pela seca em Minas Gerais, nos vales do São Francisco e do Jequitinhonha, para onde foi estendida a área de estudo da Comissão, em razão de requerimento apresentado pela Deputada Maria José Haueisen.

No decorrer dos trabalhos, o Presidente, Deputado Dimas Rodrigues, apresentou requerimento, imediatamente aprovado, solicitando a prorrogação, por 30 dias, do prazo de trabalho da Comissão, conforme previsto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

2 - Objetivos

De acordo com a justificação do requerimento inicial, a constituição da Comissão Especial se fez necessária em virtude da situação extremamente difícil por que passa o Norte de Minas, em razão dos efeitos danosos e cumulativos das secas que assolam a região há vários anos.

Segundo esse requerimento, as providências tomadas, por órgãos federais ou estaduais, não têm trazido resultados eficazes para combater os efeitos das prolongadas estiagens, gerando grande expectativa nas autoridades e desespero nos produtores rurais.

Assim, para o requerente, esta Comissão tem a importante missão de apontar as principais dificuldades e entraves para a solução dos problemas, bem como propor uma ação coordenada e homogênea, envolvendo os diversos órgãos responsáveis pelo combate aos efeitos da seca, tanto do Governo Estadual quanto do Federal.

3 - Trabalhos realizados

Para melhor atingir os objetivos propostos, a Comissão promoveu audiências públicas, reuniões ordinárias e extraordinárias e visitas técnicas ao Projeto Jaíba e aos Municípios de Janaúba e Araçuaí. Estas últimas foram realizadas em conjunto com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Na visita ao Projeto Jaíba, houve uma audiência pública com os agricultores do projeto, seguida de amplos debates. Em Janaúba, estiveram reunidos Prefeitos, Vereadores e outras lideranças da região, verificando-se intensa participação dos segmentos envolvidos. Fato similar ocorreu em Araçuaí, onde se fez presente numerosa representação de lideranças dos vales do Jequitinhonha e Mucuri.

3.1 - Relação dos convidados ouvidos em reuniões ordinárias e extraordinárias

16/3/99: Ten.-Cel. PM James Ferreira Santos, Secretário Executivo da Coordenadoria de Defesa Civil - CEDEC.

23/3/99: Abelard Carlos Pimenta, Presidente da Associação de Vereadores da Área Mineira da SUDENE - AVAMS -; Ciríaco Serpa de Menezes, Superintendente Regional da Cia. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF -; Edailton Antônio Godinho Pimenta, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha - AMAJE -; Frederico Carlos de Carvalho Soares, Coordenador da Fundação Nacional de Saúde -FNS-MG -; Getúlio Neiva, ex-Deputado Federal; Josemar Soares, Prefeito de Varzelândia; Deputado Luiz Tadeu Leite, Secretário de Estado da Justiça; Renato Rebello Freitas, Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS -; Roberto Grapiúna, Presidente da Associação dos Municípios do Baixo Jequitinhonha - AMBAJ -; Ronaldo Mota Dias, Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMAMS.

30/3/99: Armando Francisco dos Santos, Vereador em São Francisco, representante da AVAMS; Dênio Marcos Simões, Presidente da Associação dos Municípios do Médio São Francisco - AMESF -; Eduardo Pires, Secretário Executivo da Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha - AMAJE -; Maria de Lourdes Pereira Santos, representante do Sr. Tilden Santiago, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Nodge de Castro Maia, representante do Sr. Marcelo Siqueira, Presidente da COPASA-MG; Rogério Rocha Rafael, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE -; Ronaldo Mota Dias, Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMAMS -; Sérgio Luís Amaral Ferreira, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas - SUDENOR.

6/4/99: Antônio Lima Bandeira, Secretário Adjunto da Secretaria de Estado da Agricultura; João Carlos Guimarães, Coordenador de Irrigação e Drenagem da EMATER; Marcos Reis Araújo, Diretor Técnico do IMA; Sebastião Gonçalves de Oliveira, Chefe da Associação de Planejamento e Coordenação da EPAMIG.

13/4/99: Adelino Pereira Dias, ex-Deputado e ex-Prefeito de Janaúba; João Bosco Senra, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -; José Medina, Coordenador de

Tecnologia Florestal do IEF; Márcia Couto de Melo, representante da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC.

20/4/99: Augusto César Soares dos Santos, Coordenador do Plano Diretor das Bacias Afluentes do Rio São Francisco, da RURALMINAS.

5/5/99: Aloísio Marcos de Vasconcelos Novais, Diretor de Distribuição da CEMIG; Rogério Rocha Rafael, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE.

21/5/99: Abelard Carlos Pimenta, Presidente da Associação de Vereadores da Área Mineira da SUDENE - AVAMS -; Evaldo Ferreira de Fátima, Prefeito de Cristália; Jairo Athayde Vieira, Prefeito de Montes Claros; Lanfroi Fernandes da Cruz, Prefeito de Jaíba; Renato Rebello Freitas, Diretor do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS -; Roberto Mauro Amaral, Diretor da EMATER-MG; Ronaldo Mota Dias, Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMAMS -; Sérgio Luís Amaral Ferreira, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas - SUDENOR -; Tarcísio Delgado, Prefeito de Juiz de Fora; Evaldo Ferreira Gonçalves, Vereador e representante do Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.

25/5/99: Odair Santos Júnior, representante da SETASCAD; Pedro Paulo Ferreira dos Santos, ex-Diretor de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da COPASA-MG; Rúbio Andrade, ex-Superintendente da SUDENOR.

Reuniões conjuntas com a Comissão de Política Agrícola e Agroindustrial:

29/4/99: Bruno Murta Gaspar de Oliveira, representante da COPASA-MG; Carlos Alberto de Oliveira, representante da SETASCAD; Edailton Antônio Godinho Pimenta, Presidente da Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha - AMAJE -; Erotides José Filho, representante do IEF; Eustáquio Lomelino Cardoso, representante do IGAM; Flávio Andrade, Professor da UFOP; Iano Maioline, Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí; Liliane Ramure, representante do IMA; Marcos

Antônio de Souza, Promotor da Comarca de Araçuaí; Maria do Carmo Ferreira da Silva, Prefeita de Araçuaí; Messias Eustáquio Farias; Roberto Grapiúna, Presidente da Associação dos Municípios do Baixo Jequitinhonha - AMBAJ -; Rogério Rocha Rafael, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE-; Sílvio Marques Brum, representante da EMATER; Teófilo Barbosa Neto, Presidente da Associação dos Municípios do Mucuri - AMUC.

18/3/99: Aloísio Guedes Barra, Diretor de Finanças da RURALMINAS; Caio Brandão, Presidente da RURALMINAS; Carlos Antônio Landi Pereira, Gerente Executivo do Projeto Jaíba; Ciríaco Serpa de Menezes, Superintendente da CODEVASF; João Aníbal Soares, Presidente da Câmara Municipal de Jaíba; Juraci Moreira Souza, Diretor de Política Agrícola da FETAEMG; Lanfroi Fernandes da Cruz, Prefeito de Jaíba; Ronaldo Mota Dias, Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMAMS-; Sérgio Luís Amaral Ferreira, Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas - SUDENOR.

4 - Conclusões

A Comissão Especial que ora conclui os seus trabalhos adotou como premissa que as secas na região são um problema permanente, de ampla recorrência, que a cada dia vem se agravando, devido à inércia do poder público em combater seus efeitos com medidas eficientes.

Há um imenso conjunto de dados de natureza técnico-científica que comprovam a incidência desse fenômeno climático na área norte-mineira. Séries históricas de medidas das precipitações pluviiais e das vazões dos rios ali situados demonstram, de forma cabal, que a deficiência hídrica tem se acentuado com o transcorrer dos anos. Os fatores que contribuem para o recrudescimento das secas são diversos, mas todos assentados sobre uma base comum: a intervenção antrópica descontrolada.

Em 1981, a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC -, ao publicar o projeto Planoroeste 2, já dava conta de que, no Norte de Minas, a cada período de dez anos, as culturas agrícolas têm sete safras frustradas. Não é preciso ser economista ou cientista social para perceber que

tal indicador é incompatível com qualquer atividade produtiva economicamente rentável. Ainda mais no meio rural, onde a notória ausência de uma política agrícola adequada, por si só, já é fator de desestabilização da produção.

As conseqüências desse quadro para o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha são de todas conhecidas: êxodo rural, abandono das atividades produtivas e estagnação econômica, criando a cada dia um fosso ainda maior entre essas regiões e as de maior desenvolvimento em nosso Estado.

É preciso ter em mente que estamos atravessando uma seqüência de anos com precipitações bem menores que a média anual histórica de 800mm, valor abaixo do qual se caracteriza o clima semi-árido. É fato conhecido que, após um período de chuvas escassas e mal distribuídas, como tem acontecido em Minas, a seca se agrava, devido à falta de reposição dos estoques hídricos naturais.

Estamos no início de um período crítico, que se estenderá até o longínquo mês de novembro, quando, pela graça de Deus, um novo ciclo de chuvas deverá iniciar-se.

As conclusões dos trabalhos realizados por esta Comissão Especial estão, por isso, agrupadas em dois blocos: um, de ações emergenciais, que visam a combater os efeitos da seca no ano em curso, que já são notórios; o outro, de ações permanentes, que têm por objetivo a preparação da região para o convívio harmônico com as suas características climáticas.

Não devemos deixar dúvidas, entretanto, sobre as proposições desta Comissão. As medidas emergenciais são necessárias para minimizar as conseqüências de um problema crônico, que já se antevê como gravíssimo, neste ano de 1999. Mas devemos deixar bem claro que a adoção de medidas emergenciais não pode implicar o adiamento das ações permanentes de combate aos efeitos da seca, objetivo último desta Comissão.

Antes de passarmos às propostas, gostaríamos de lembrar que elas são fruto de um trabalho realizado ao longo desses 90 dias. Nesse período, ouvimos representantes de entidades e órgãos públicos, federais e estaduais, de sindicatos patronais e de trabalhadores, de colonos, de produtores

agrícolas, de sem-terras, de técnicos e de moradores da região do semi-árido, dos vales do São Francisco, Pardo, Jequitinhonha e Mucuri.

O que esta Comissão fez foi reunir e analisar as opiniões e sugestões desse imenso contingente de habitantes da região semi-árida de Minas, sistematizando-as em forma de propostas, que esperamos sejam implementadas pelo atual Governo.

4.1 - Medidas Emergenciais

As ações que, a seguir, serão propostas visam a minimizar os efeitos da seca no corrente ano. São, portanto, medidas de caráter emergencial, que, postas em prática, contribuirão para amenizar as graves conseqüências que a escassez de água provoca na economia regional. Algumas delas correspondem à retomada de soluções que, na atualidade, estão paralisadas, causando grande insegurança na população que se destinavam a atender.

1 - Completar os postos tubulares já perfurados nos programas emergenciais executados no Norte de Minas e no Jequitinhonha.

Segundo avaliação feita durante os trabalhos desta Comissão, há, na área mineira da SUDENE, mais de 150 poços tubulares perfurados sem as complementações necessárias para a sua utilização. Em muitos, faltam as bombas e tubulações; em outros, a energização; em outros, ainda, ambas as coisas. Esses poços não estão atendendo à sua finalidade precípua, caracterizando o desperdício de recursos e de potencial.

Para que se complete a instalação dos equipamentos nesses poços, torna-se necessária uma ação integrada da COPASA-MG (responsável pela maioria das perfurações) e da CEMIG, devendo esta última providenciar a extensão das redes elétricas até os poços, para fazer funcionarem os equipamentos instalados.

Uma opção para o barateamento dessas instalações, no que diz respeito à energia elétrica, seria a equiparação dos poços tubulares a uma casa de máquinas. Isso possibilitaria à CEMIG o enquadramento desse tipo de obra em um programa já existente na empresa. Conseqüentemente, haveria um ganho de tempo na colocação desses poços a serviço da comunidade.

2 - Dar continuidade ao programa de construção de pequenos barramentos.

Esse programa, que tem o mérito de ser uma das melhores ações no combate aos efeitos da seca, deverá passar por uma profunda avaliação, para sanar os vícios detectados durante a sua execução, no ano de 1998.

Avaliamos que esse programa só poderá atingir plenamente seus objetivos se houver o envolvimento direto das prefeituras municipais como elemento auxiliar na fiscalização das obras e o da comunidade beneficiada na indicação de alternativas para locação dos barramentos e priorização do uso das águas.

Além disso, esta Comissão recebeu inúmeras denúncias de graves irregularidades na construção de diversas barragens. Algumas não acumulam água, como, de fato, verificamos quando da visita à obra feita em Chapada do Lagoão, em Araçuaí. Outras têm problemas estruturais, e muitas ficaram só no papel. Por isso, recomendamos que o Executivo proceda a um levantamento completo dos barramentos construídos e que apresentam problemas, para verificar a possibilidade de recuperá-los plenamente e colocá-los a serviço das comunidades.

3 - Reduzir o ICMS dos produtos do semi-árido mineiro para 12%.

Em uma região onde há risco maior para a produção agrícola, é fundamental que o Governo incentive fortemente o produtor rural, com o objetivo de dar-lhe tranquilidade e perspectivas em médio prazo. Contribui-se, dessa forma, para a continuidade das atividades agrícolas regionais, dando condições de competitividade à produção local e de melhoria da oferta de empregos.

4 - Eliminar as taxas de licenciamento ambiental para os projetos de irrigação com área de até 20ha, a serem implantados na área mineira da SUDENE.

O licenciamento ambiental para projetos de irrigação é extremamente necessário. Entretanto, as taxas cobradas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, que chegam a atingir R\$6.000,00 por projeto, são fator de exclusão do pequeno produtor rural. Marginalizados, esses irrigantes deixam de adotar práticas e métodos adequados à conservação ambiental, tão necessários para a recuperação do Norte de Minas e do Jequitinhonha.

5 - Equiparar a tarifa diurna de energia elétrica à noturna, nos projetos de irrigação da área mineira da SUDENE.

A irrigação no período noturno exige, por parte do produtor rural, investimento de capital financeiro incompatível com a realidade socioeconômica da maioria dos irrigantes da região. O benefício ofertado pela redução da tarifa de energia elétrica no período noturno só pode ser alcançado por aqueles que dispõem de capital para automatizar a irrigação de suas áreas de trabalho e adquirir a técnica necessária ao manejo desses equipamentos.

Exclui-se desse contexto o pequeno produtor rural, que não possui recursos financeiros nem linhas de crédito suficientes para comprar os equipamentos e aprender a técnica necessária para o bom funcionamento dos equipamentos de irrigação no período noturno.

É preciso, nesses casos específicos, haver a redução da tarifa diurna, equiparando-a à noturna, quando se tratar de projetos de irrigação de pequeno porte.

6 - Liberar a licença ambiental da barragem de São Gregório, no Município de Ubaí.

A barragem de São Gregório tem potencial para beneficiar ampla área dos Municípios de Ubaí, Campo Azul, Campo Chique e demais municípios vizinhos, gerando emprego e fortalecendo a produção agrícola.

A construção desse importante barramento está dificultada pela falta da licença ambiental competente, o que vem provocando atraso no cronograma da obra e grande frustração da população local.

Propomos a realização de gestões junto à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para que seja liberada, com urgência, a licença requerida para a continuidade da obra e de outras barragens planejadas para a região.

7 - Realizar gestões para viabilizar o pagamento referente ao mês de dezembro de 1998 aos trabalhadores das frentes de trabalho e dar continuidade ao programa.

Esta Comissão pôde detectar a grande insatisfação existente na área mineira da SUDENE, decorrente do atraso do pagamento do mês de dezembro de 1998 aos trabalhadores das frentes de trabalho. fato sem solução até o presente momento.

Torna-se, pois, fundamental a realização de gestões junto ao Executivo estadual, com vistas ao pagamento imediato desses salários.

Por outro lado, Minas Gerais não foi contemplada com os benefícios da Medida Provisória nº 1.822, de 1999, que prevê a permanência dessas frentes nos Estados do Nordeste. Esta Casa deverá encaminhar ofício ao Presidente da República, aos Ministros e Deputados Federais da bancada de Minas solicitando a inclusão da área mineira da SUDENE entre aquelas nas quais se pretende manter as frentes em atividade.

8 - Implantar agências do Banco do Nordeste do Brasil nas cidades-pólos do vale do Jequitinhonha.

A recente inclusão do vale do Jequitinhonha na área mineira da SUDENE precisa ser complementada com ações concretas que permitam sua real integração na área de atuação desse órgão.

A instalação de agências do Banco do Nordeste no vale do Jequitinhonha facilitará o acesso dos produtores agrícolas e industriais a essa importante instituição financeira.

9 - Estender ao vale do Mucuri os benefícios da prorrogação do prazo de vencimento dos empréstimos do Programa Nacional de Agricultura familiar - PRONAF.

O PRONAF tem trazido inúmeros benefícios ao pequeno produtor rural. Contudo, as linhas de créditos e a forma de quitação dos empréstimos tomados apresentam problemas e deveriam ser reavaliadas, para que o PRONAF alcance plenamente seus objetivos.

Uma melhoria importante nesse programa seria a concessão do tempo de doze meses de carência, a partir da efetiva liberação do crédito pelo Banco. Hoje o produtor rural perde até quatro meses, entre a assinatura do contrato - data em que se inicia a contagem do prazo - e a disponibilização do recurso financeiro.

Além dessa melhoria, é necessário que os benefícios já concedidos a outras regiões afetadas pela seca sejam estendidos ao vale do Mucuri, principalmente o da prorrogação dos prazos de vencimento dos contratos atuais.

10 - Intensificar e acelerar o processo de titulação das terras nos perímetros irrigados.

Uma das queixas mais freqüentes ouvidas por esta Comissão diz respeito à grande insegurança causada aos colonos dos projetos de irrigação pela morosidade do processo de titulação da terra.

Sem o título de propriedade, o colono sofre limitações na obtenção de financiamentos para suas atividades.

Trata-se de uma questão que tem colocado em risco os projetos de irrigação para pequenos produtores, que, sem capital e impedidos de obter financiamento, não conseguem tornar produtivas suas áreas, passando a ser presas fáceis para os atravessadores.

11 - Implantar estação de tratamento de água e esgoto no Município de Mata Verde.

Nessa localidade, uma significativa parcela da população encontra-se prejudicada pela poluição do córrego que banha a sede municipal, em virtude do lançamento dos esgotos da área urbana em suas águas.

Trata-se de uma situação ímpar, pois parte da população local tem recolhido sistematicamente o valor estipulado pelas autoridades para a implantação da estação de tratamento. Sendo uma instalação que já vem sendo custeada pelos próprios cidadãos, sua construção pouco onerará o poder público.

12 - Implementar no Projeto Jaíba as seguintes ações:

a) Aumentar e equipar o destacamento da Polícia Militar do Projeto Jaíba.

Atualmente, o destacamento da Polícia Militar do Projeto Jaíba é constituído por uma guarnição mínima, desprovida das viaturas necessárias ao desempenho de suas funções.

São apenas quatro militares destacados para o projeto, dispondo somente de um veículo para o atendimento de todas as ocorrências policiais.

Deverão ser realizadas gestões junto ao Comando da Polícia Militar para que essa deficiência seja imediatamente sanada.

b) Asfaltar a Rodovia MG-401, no trecho DER a Matias Cardoso.

Essa obra complementar a malha viária mínima para atendimento das demandas do Projeto Jaíba relativas ao transporte rodoviário. Além disso, possibilitará o atendimento do Município de Matias Cardoso e facilitará o acesso dos trabalhadores residentes naquela localidade à área do Projeto.

c) Construir e reformar escolas da rede pública.

Pleiteia-se a construção de sete escolas equipadas com quadras poliesportivas nos núcleos habitacionais do Projeto Jaíba, bem como a reforma de três outros prédios escolares de 1º grau e um de 2º grau.

4.2 - Medidas Permanentes

1 - Adotar um novo modelo de gestão para os perímetros irrigados que privilegie a diversificação das culturas, a estrutura de comercialização dos produtos e a implantação de agroindústrias nas áreas produtoras.

O modelo de gestão que atualmente se emprega nos perímetros irrigados em Minas tem conduzido os produtores a investir em uma única cultura, em conseqüência de uma decisão imediatista de mercado, que leva os Bancos a conceder empréstimos dirigidos a alguns poucos produtores.

Essa monocultura compulsória, induzida por financiamentos dirigidos, provoca desequilíbrios na produção e queda de preço. Além da necessidade de se mudar o modelo de financiamento, de modo a impedir que a entidade de crédito obrigue o produtor a se direcionar para determinada cultura, deve-se pensar na instalação de agroindústrias nos perímetros irrigados, voltadas para a industrialização dos produtos e, especialmente, para a absorção dos excedentes agrícolas.

Os benefícios dessa política são evidentes. Provocariam, de uma só vez, estabilidade de preço e de volume de produção e permitiriam aos colonos planejar suas colheitas.

O Projeto Jaíba é um exemplo clássico dos problemas causados pelo excessivo direcionamento da produção. Até recentemente, os produtores só conseguiam financiamento para o plantio de banana, prática que se revelou extremamente prejudicial ao bom desempenho do projeto.

Esta Casa encaminhará ofício ao INDI-MG e a outros órgãos do Estado, solicitando que se empenhem na atração de agroindústrias para o Jaíba, e também aos responsáveis pelo projeto, para que modifiquem o atual modelo de gestão.

2 - Implementar programa de construção de barragens, privilegiando os eixos estudados pela CODEVASF e os projetos do DNOCS.

Nos estudos realizados pela CODEVASF, foram levantados 36 locais favoráveis para a construção de barramentos de porte médio ou superior, na área mineira da SUDENE. Por sua vez, o DNOCS tem barramentos em construção e outros projetados. Um deles, a barragem do rio Congonhas, na Serra Central, é de fundamental importância para a região urbana de Montes Claros e para a bacia hidrográfica do rio Verde. São projetos cujos estudos básicos e orçamentos preliminares já foram realizados.

Nesse conjunto, devem receber atenção especial os barramentos de Sítio Novo, em Porteirinha; dos córregos Gerais e Bananal, em Rubelita; de Matrona, em Montes Claros, e o grande projeto do rio Jequitaí. Este, composto por dois barramentos, poderá irrigar uma área de até 40.000ha, produzir 20.000kW de energia elétrica e gerar cerca de 50 mil empregos.

Esse programa deve incluir, também, a complementação das obras em algumas barragens, com a implantação, por exemplo, dos perímetros irrigados de Berizal e Machado Mineiro, cujo projeto já tem assegurados os recursos hídricos.

A construção desses barramentos depende de ação política junto ao governo federal, para a inclusão das obras no orçamento federal. Essa medida poderá ser viabilizada a partir de uma ação conjunta desta Casa e dos Deputados Federais da bancada mineira, visando à necessária alocação de recursos.

3 - Implantar programas de educação ambiental e capacitação de mão-de-obra.

Um dos principais fatores a serem desenvolvidos a fim de habilitar o indivíduo ao convívio harmônico com regiões de clima semi-árido é a capacidade de percepção ambiental, que lhe permitirá adequar seu modo de vida às condições ambientais ecologicamente frágeis.

A educação ambiental se apresenta, nesse contexto, como elemento importante para adaptação do homem às condições agressivas do semi-árido. Como a produção de alimentos nessas áreas requer técnicas às vezes sofisticadas, é imperativo que se alie à educação ambiental a preparação da mão-de-obra para produzir alimentos sem degradar a natureza.

As universidades, em especial, a UNIMONTES, a UEMG, a UFOP, a UFLA e a UFV, têm realizado cursos-pilotos na região do semi-árido, voltados para esses temas. Têm ministrado, também, cursos de conhecimentos agrícolas para produção alternativa, de acordo com a disponibilidade hídrica regional. É preciso que esses cursos sejam sistematizados e massificados, para preparar a população, especialmente a do meio rural, para o convívio com as secas. Esta Comissão deverá encaminhar ofício ao Secretário de Estado da Educação, solicitando a inclusão, no currículo escolar, de matérias que ensinem o convívio com a seca ou a introdução de programas permanentes para conscientizar os jovens da necessidade de aprender a conviver com elas.

4 - Programa de recuperação e conservação de ecossistemas.

O Norte e o Nordeste de Minas Gerais foram pólos de um modelo de ocupação territorial extremamente agressivo e degradador do meio ambiente.

A resposta da natureza aos desmatamentos, queimadas, práticas agrícolas inadequadas e garimpos em leitos de rios foi o agravamento das condições climáticas. Os rios perderam volume, as nascentes estão morrendo, e a cobertura vegetal está reduzida a pequenos capões.

É preciso inverter esse quadro. Ao lado dos programas de educação ambiental, as Prefeituras, o IEF, a EMATER-MG e o instituto que pretendemos ver implantado deverão colocar em funcionamento um programa de recuperação da cobertura vegetal.

Propomos um programa que crie uma parceria entre o proprietário rural e o poder público, voltado para a recuperação das matas de topo, das áreas de alta declividade e das faixas marginais das

drenagens. É fundamental que um programa dessa natureza enfatize a cooperação entre o proprietário e o poder público como elo fundamental para a consecução de seus fins.

5 - Adequação institucional do Estado.

Uma ação permanente de combate aos efeitos das secas requer, por parte do Estado, uma estrutura institucional peculiar, para que se atue de forma harmônica e coordenada, evitando desperdício de tempo, de recursos humanos e financeiros e a duplicação de esforços.

Nas audiências públicas realizadas na área mineira da SUDENE e nas reuniões em Belo Horizonte, esta Comissão pôde constatar que inúmeras ações de combate aos efeitos da seca foram realizadas de forma descoordenada e com grande desperdício de recursos públicos. Em uma das visitas, verificamos a existência de um poço tubular perfurado em local onde deveria existir o lago de um barramento recém-construído.

O mais grave é que nem a barragem nem o poço estão funcionando. Ao lado dessas duas obras, a população de Chapada do Lagoão, em Araçuaí, continua dependendo da distribuição de água feita por carros-pipas. É incompreensível que o Estado tenha seus recursos dilapidados em obras mal planejadas, inacabadas e ineficientes sob todos os aspectos. E, o que é pior, que se superponham duas obras, enquanto diversas localidades deixam de ser beneficiadas, por falta de uma coordenação única para as ações governamentais

Assim, estamos propondo a apresentação do seguinte projeto de lei, cujo objetivo central é permitir que, sob um comando único e bem definido, Minas Gerais tenha uma política permanente de combate aos efeitos da seca, abrangendo ações em curto, médio e longo prazo, que serão empreendidas de forma coordenada e com objetivos claros.

Passamos, então, ao projeto de lei, que contém uma proposta nova e que com muito orgulho apresentamos a seguir.

ANTEPROJETO DE LEI

Cria o Conselho Estadual de Combate aos Efeitos das Secas, altera a Lei nº 11.711, de 23 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE -, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Estadual de Combate aos Efeitos das Secas, órgão deliberativo e normativo vinculado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN.

Art. 2º - Compete ao Conselho Estadual de Combate aos Efeitos das Secas:

I - propor ações permanentes ou emergenciais de combate continuado aos efeitos da seca em todo o território do Estado;

II - opinar sobre propostas do Poder Executivo que visem a empreender ações para o combate à seca em todo o território mineiro;

III - apreciar e publicar, até 31 de dezembro de cada ano, relatório anual sobre a situação hidrológica de cada região do Estado;

IV - supervisionar, acompanhar e avaliar a execução dos planos de trabalho dos órgãos públicos responsáveis pelo combate aos efeitos da seca;

V - apreciar e aprovar, no âmbito do Poder Executivo, a proposta de orçamento anual do setor público estadual na área de combate à seca;

VI - deliberar sobre os recursos financeiros a serem repassados aos municípios em estado de emergência ou de calamidade pública em virtude da seca, bem como fiscalizar sua aplicação;

VII - coordenar, de forma integrada e harmônica, a ação das áreas competentes da administração estadual, visando a garantir maior rapidez e eficiência no combate aos efeitos da seca;

VIII - estimular a implantação de programas de convívio com a seca e de combate aos seus efeitos nas escolas públicas estaduais;

IX - divulgar informações sobre programas e projetos para o combate aos efeitos da seca;

X - autorizar a abertura de créditos especiais e financiamentos bancários para os pequenos e médios produtores rurais das regiões afetadas pela seca, para o custeio de suas atividades agroindustriais;

XI - planejar, coordenar, supervisionar e orientar a formulação e a execução de planos e programas de desenvolvimento econômico e social para a região Nordeste do Estado, na área de atuação da SUDENE;

XII - formular e propor diretrizes e ações necessárias à definição de políticas de desenvolvimento econômico e social para a região Nordeste do Estado, tendo em vista a sua compatibilização com as políticas dos Governos Estadual e Federal;

XIII - fixar critérios de concessão de estímulos fiscais e financeiros.

Art. 3º - O Conselho será composto de representantes dos seguintes órgãos, nomeados pelo Governador do Estado:

I - um representante da Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN -;

II - um representante de cada associação microrregional do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha;

III - um representante da Associação dos Vereadores da Área Mineira da SUDENE – AVAMS -;

IV - um representante da Assembléia Legislativa;

V - um representante da Fundação Nacional de Saúde - FNS -;

VI - um representante da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF -;

VII - um representante do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS -;

VIII - um representante da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG -;

IX - um representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -;

X - um representante da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES -;

XI - um representante da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - MG -;

XII - um representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM -;

XIII - um representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - EMATER-MG;

XIV - um representante da CEDEC.

§ 1º - Cada membro do Conselho Estadual de Combate à Seca terá um suplente, que o substituirá em caso de impedimento.

§ 2º - O Conselho Estadual de Combate à Seca será presidido pelo representante da SEPLAN.

§ 3º - A participação no Conselho é considerada serviço público relevante, vedada a remuneração de seus membros, a qualquer título.

Art. 4º - O órgão executivo do Conselho Estadual de Combate à Seca será o Instituto de Desenvolvimento do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha - IDENORJE -, ao qual competem as ações de cunho operacional demandadas pelo Conselho e a elaboração das informações necessárias a suas deliberações.

Art. 5º - O regulamento do Conselho Estadual de Combate à Seca disporá sobre a formação de câmaras especializadas, sobre a dinâmica das reuniões plenárias e sobre outras questões de caráter específico.

Art. 6º - As despesas com a instalação do Conselho correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Art. 7º - Os arts. 1º a 5º e 13 a 27 da Lei nº 11.711, de 23 de dezembro de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - A Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha - CODEVALE -, entidade autárquica, com autonomia administrativa e financeira, personalidade jurídica de direito público, prazo de duração indeterminado, com sede e foro na Capital do Estado, vinculada à Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, criada pela Lei Complementar nº 12, de 6 de outubro de 1964, passa a denominar-se Instituto de Desenvolvimento do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha - IDENORJE -, ficando vinculada à SEPLAN.

Parágrafo único - As denominações Instituto de Desenvolvimento do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha e IDENORJE se equivalem nesta lei para identificar a entidade de que trata este artigo.

Art. 2º - A área de atuação do IDENORJE abrange os municípios integrantes da área mineira da SUDENE, definida por lei.

§ 1º - Em caráter emergencial, a atuação do IDENORJE poderá estender-se a outros municípios em estado de calamidade pública devido à seca.

§ 2º - Os recursos concedidos ao IDENORJE, direta ou indiretamente, pela SUDENE, só poderão ser aplicados em localidades situadas dentro da área geográfica e econômica de que trata o “caput” deste artigo.

§ 3º - Para o desenvolvimento de suas atividades, o IDENORJE poderá manter escritórios nos diversos municípios da região.

Art. 3º - O IDENORJE tem por finalidade elaborar, coordenar e executar os planos, programas, projetos e atividades de aproveitamento dos recursos da área mineira da SUDENE, com vistas ao seu desenvolvimento econômico e social.

Art. 4º - Compete ao IDENORJE:

I - articular-se com instituições públicas federais, estaduais e municipais, objetivando ações integradas que visem à solução dos problemas regionais;

II - negociar recursos nacionais ou estrangeiros para a realização de programas, projetos e atividades destinados ao desenvolvimento da região e ao aproveitamento máximo de seu potencial;

III - elaborar e submeter à aprovação do Governador do Estado o Plano Geral de Aproveitamento da Área Mineira da SUDENE;

IV - enviar ao Governador do Estado relatórios e programações anuais sobre os setores públicos atuantes na região;

V - planejar e desenvolver ações que visem a incentivar a produção artesanal local e a promover sua comercialização;

VI - promover a melhoria do nível de vida da população regional, mediante a elaboração, a coordenação e o incentivo à implantação de projetos de infra-estrutura, saneamento, habitação, agricultura, transporte, comunicação, educação e saúde;

VII - prestar assessoria técnica às entidades e associações comunitárias da área mineira da SUDENE, para a consecução de seus objetivos;

VIII - acompanhar os projetos e obras desenvolvidos por órgãos e entidades públicas, certificando-se de que seus objetivos estão sendo cumpridos de forma adequada às condições e necessidades da região;

IX - articular-se com organismos nacionais e internacionais, tendo em vista o desenvolvimento de programas e projetos para a região;

X - representar os interesses da região e articular formas de atuação com instituições municipais, estaduais e federais que ali atuem;

XI - articular-se com as demais unidades do Sistema Estadual de Planejamento e Coordenação Geral na identificação, alocação e administração de recursos nacionais e internacionais e de outras fontes, para o desenvolvimento de suas atividades;

XII - coordenar a promoção de oportunidades empresariais visando a atrair investimentos para a região;

XIII - coordenar as atividades de encaminhamento de soluções em assuntos de interesse do Estado de Minas Gerais junto à SUDENE.

Art. 5º - O IDENORJE tem a seguinte estrutura orgânica:

I - unidade de direção superior: Diretoria-Geral;

II - unidades administrativas:

a) Gabinete;

b) Assessoria de Planejamento e Coordenação:

1 - Coordenadoria de Planejamento e Orçamento;

2 - Coordenadoria de Modernização Administrativa;

c) Diretoria de Administração e Finanças:

1 - Divisão de Administração:

1.1 - Serviço de Material e Patrimônio;

1.2 - Serviço de Documentação e Arquivo;

1.3 - Serviço de Pessoal;

1.4 - Serviço de Apoio Administrativo;

2 - Divisão de Finanças:

2.1 - Serviço de Administração Financeira;

2.2 - Serviço de Contabilidade;

d) Diretoria Técnica:

1 - Coordenadoria de Estudos e Pesquisas:

1.1 - Núcleo de Pesquisa;

1.2 - Núcleo de Informação e Documentação;

2 - Coordenadoria de Planejamento Regional:

2.1 - Núcleo de Infra-Estrutura Regional;

2.2 - Núcleo de Desenvolvimento Social;

2.3 - Núcleo de Desenvolvimento Econômico e do Meio Ambiente;

3 - Coordenadoria de Estímulo e Incentivo ao Artesanato:

3.1 - Núcleo de Comercialização;

3.2 - Núcleo de Assistência ao Artesão;

4 - Coordenadorias de Ação Regional.

§ 1º - O número e a localização das Coordenadorias de Ação Regional mencionadas neste artigo serão definidos em regulamento.

§ 2º - A competência e a descrição das unidades administrativas previstas neste artigo serão estabelecidas no regulamento do IDENORJE, aprovado em decreto do Governador do Estado.

.....

Art. 13 - A diretoria do IDENORJE é composta de um Diretor-Geral e de dois Diretores, todos de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado.

Art. 14 - Compete ao Diretor-Geral do IDENORJE:

I - administrar a entidade e exercer a coordenação das unidades administrativas, praticando os atos de gestão necessários;

II - aprovar os planos e programas gerais de trabalho do IDENORJE;

III - aprovar e submeter ao Conselho Estadual de Combate aos Efeitos das Secas a proposta orçamentária anual e o Plano Plurianual do IDENORJE;

IV - representar, ativa e passivamente, o IDENORJE, em juízo ou fora dele;

V - designar o seu substituto eventual, escolhido entre os Diretores do IDENORJE;

VI - autorizar os desembolsos orçados ou contratados;

VII - celebrar contratos, convênios, acordos e ajustes com instituições públicas ou privadas, relacionados com os interesses do IDENORJE;

VIII - apresentar ao Conselho Estadual de Combate aos Efeitos das Secas, anualmente, as contas da sua gestão e o relatório de atividades do IDENORJE;

IX - submeter à aprovação do Conselho Estadual de Combate aos Efeitos das Secas o regulamento do IDENORJE;

X - encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado, após a aprovação do Conselho Estadual de Combate aos Efeitos das Secas, a prestação de contas anual do IDENORJE.

Art. 15 - Constituem receitas do IDENORJE:

I - os recursos provenientes de convênios com instituições nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas, e de dotações orçamentárias da União, dos Estados e dos municípios;

II - as rendas resultantes de suas atividades e as resultantes do uso ou da cessão de suas instalações e bens imóveis;

III - os recursos provenientes da aplicação da receita;

IV - os saldos do exercício anterior;

V - as doações.

Art. 16 - Nenhum recurso financeiro do IDENORJE será aplicado em obras e serviços sem que esteja incluído em seu plano de trabalho e seja devidamente recomendado pelo Conselho Estadual de Combate aos Efeitos das Secas.

Parágrafo único - Importa em crime de responsabilidade a execução de obra ou serviço e a concessão de auxílio ou vantagem pelo IDENORJE, sob qualquer título, a pessoa física ou jurídica ou a município, em desacordo com os termos desta lei.

Art. 17 - Constituem patrimônio do IDENORJE:

I - bens e direitos a ele pertencentes e os que se lhe incorporarem;

II - doação, legado, auxílio ou outros benefícios provenientes do Estado e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;

III - bens e direitos resultantes das aplicações dos recursos previstos nesta lei.

Art. 18 - O exercício financeiro do IDENORJE coincidirá com o ano civil.

Art. 19 - O orçamento do IDENORJE é uno e anual e compreenderá as receitas, as despesas e os investimentos, dispostos em programas.

Art. 20 - A prestação de contas do IDENORJE conterà os elementos exigidos pela legislação em vigor.

Art. 21 - O IDENORJE submeterá ao Tribunal de Contas, anualmente, o balanço financeiro de suas atividades, para exame da aplicação dos recursos.

Art. 22 - O regime jurídico dos servidores do IDENORJE é o referido no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.254, de 20 de julho de 1990.

Art. 23 - O Anexo XX da Lei nº 10.623, de 16 de janeiro de 1992, passa a vigorar na forma do Anexo I da Lei nº 11.711, de 23 de dezembro de 1994.

Parágrafo único - Para o preenchimento do cargo de Diretor da Diretoria Técnica, serão apresentados ao Governador do Estado os nomes de até três servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal do IDENORJE que reúnam condições técnicas específicas da área de trabalho e possuam curso superior completo.

Art. 24 - Ficam criados, no Quadro Específico de Provimento em Comissão do IDENORJE, os cargos constantes no Anexo II desta lei, destinados ao atendimento da sua estrutura intermediária.

§ 1º - A jornada de trabalho dos cargos criados neste artigo é de quarenta horas semanais.

§ 2º - Os cargos de que trata este artigo são de livre nomeação e exoneração pelo Diretor-Geral do IDENORJE.

Art. 25 - Ao ocupante de cargo de provimento em comissão do IDENORJE, aplica-se o disposto no art. 19 da Lei nº 11.406, de 28 de janeiro de 1994.

Art. 26 - Ficam criados, no Quadro de Pessoal do IDENORJE, os cargos de provimento efetivo constantes no Anexo III da Lei nº 11.711, de 23 de dezembro de 1994, destinados à complementação da estrutura do IDENORJE.

Art. 27 - Fica extinta a classe de cargo de Assessor Especial da Diretoria-Geral, criada no Quadro de Pessoal da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha pelo art. 38 da Lei nº 11.050, de 19 de janeiro de 1993.”.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os arts. 6º a 12 da Lei nº 11.711, de 23 de dezembro de 1994, e o inciso III do art. 6º da Lei nº 9.518, de 29 de dezembro de 1987, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.633, de 16 de janeiro de 1992.

4.3 - Medidas propostas após a leitura do relatório

1 - Realização de reunião de debates sobre o Programa Pólo Norte de Minas.

Trata-se de um programa de grande importância para o Norte de Minas, desenvolvido nos Municípios de Jaíba, Janaúba, Manga, Matias Cardoso, Nova Porteirinha, Porteirinha e Verdelândia. Seu objetivo é duplicar a área irrigada nesses municípios, que passará de 25.000 ha para 51.900 ha. Visa também à construção de várias barragens, como as de Sítio Novo, em Porteirinha, e Calindó, em Manga, bem como a reativação de mais de 60 pivôs centrais.

A importância desse programa no combate aos efeitos da seca é óbvia. A Comissão deve empenhar-se para que seja estendido aos demais municípios da área mineira da SUDENE.

2 - Distribuição deste relatório aos Prefeitos, às Câmaras Municipais, aos órgãos públicos e a outras entidades da área mineira da SUDENE e do vale do Mucuri.

A conclusão dos trabalhos desta Comissão é uma grande oportunidade para dar início, nesta Casa, a um processo de discussão das propostas contidas em nosso relatório final, especialmente o projeto de lei que busca reestruturar o quadro institucional do Estado.

3 - Instauração de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar os desvios de recursos e irregularidades ocorridas durante a construção de pequenas barragens no Norte de Minas e nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

Proposta pelo Deputado Agostinho Silveira, essa CPI justifica-se pelo grande número de denúncias, formuladas por Prefeitos e outras autoridades, de irregularidades na construção de barragens na região afetada pela seca. A Comissão pode verificar, durante visita técnica, que a barragem da comunidade de Lagoão, em Araçuaí, apresenta problemas técnicos de construção, preço exorbitante e não tem condições mínimas para acumular água.

Mesmo reconhecendo que o programa de construção de pequenas barragens é um programa vitorioso, o relator, Deputado Carlos Pimenta, acolheu a sugestão.

5 - Agradecimentos

A Comissão Especial da Seca no Norte de Minas agradece aos Prefeitos e aos Vereadores da região afetada pelas secas, bem como aos representantes de entidades públicas e privadas e da sociedade civil, por seus depoimentos e ampla participação nas reuniões de trabalho que se fizeram para atingir os objetivos propostos. Agradece também à Deputada Maria José Haueisen, que, mesmo não sendo membro da Comissão, esteve sempre presente às visitas técnicas e às reuniões, bem como às

autoridades a seguir relacionadas, pelo apoio prestado durante as visitas e audiências públicas realizadas no Norte de Minas e vale do Jequitinhonha: Prefeito Lanfroi Fernandes, de Jaíba; Prefeita Maria do Carmo Ferreira da Silva, de Araçuaí; Prefeito Roberto Gapiúna, Presidente da Associação dos Municípios do Baixo Jequitinhonha - AMBAJ -; Prefeito Rogério Rocha Rafael, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE -; Prefeito Ronaldo Mota Dias, Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMANS.

Sala das Comissões, 2 de junho de 1999.

Dimas Rodrigues, Presidente - Carlos Pimenta, relator - Agostinho Silveira -Dalmo Ribeiro Silva.

- Publicar pra os fins do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno.